

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Dayana Evelin Pinheiro de Sousa Santos (1); Alexandre Braga Gomes (2); Juciara Karla de Souza Lima (3); Patrícia Avello Nicola (4)

^{1,2,3,4,5}Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF;
^{1,2,3,4,5}Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde e Biológicas;
dayanaevelin123@hotmail.com¹; alexandrebragaabg@gmail.com²; jucy_karla@hotmail.com³;
patricia.nicola@univasf.edu.br⁴;

Resumo

A inclusão é algo que pode acontecer verdadeiramente, basta pensarmos nas necessidades do portador de deficiência e enxergá-los como seres humanos, como qualquer cidadão, com suas dificuldades, mas também com suas capacidades e que tem direito a educação e a viver na sociedade, frequentando escolas como qualquer criança. Aceitar um portador de deficiência é aceitar também suas e limitações. Para que isto ocorra é necessário ter uma resposta organizada para suas necessidades educativas, sendo competência da escola. Este trabalho teve como objetivo identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos com deficiências nas escolas regulares, analisando as propostas existentes de resolução dos problemas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada de junho de 2015 a janeiro de 2016, realizou-se uma consulta na base de dados da Scielo, Medline, Google Acadêmico, que é relevante para ampliar a compreensão a respeito da problemática em questão. A inclusão do portador de necessidades especiais, no ensino fundamental é uma proposta educacional da política atual, sendo necessária uma tomada de decisão, envolvendo a sensibilidade dos pais, conscientização social da comunidade escolar, capacitação dos professores, adequação das escolas, para atendimento dessa clientela com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: *Inclusão, Educação, Sociedade, Família.*

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva assume uma importância maior dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia. Essa só será alcançada quando todas as pessoas tiverem

acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua cidadania.

A educação especial foi caracterizada primeiramente pela segregação e exclusão, logo os portadores de necessidades especiais eram simplesmente ignorados, evitados e muitas vezes eliminados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, define os caminhos a serem seguidos pela educação especial no Brasil, a abrangência destes dispositivos pressupõe uma revisão geral nas políticas administrativas e nas posturas individuais relacionadas aos portadores de necessidades educativas especiais.

Em decorrência das novas diretrizes para a educação especial, as escolas tradicionais de ensino comum e especiais veem-se cercados com as exigências dessa legislação, nas quais confirmam as agressões aos direitos das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, ocorridas principalmente nas escolas e institutos especializados.

Com as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos com deficiência, é preciso verificar se as escolas estão realmente preparadas para receber e acolher essas crianças, no entanto, ocorre certa resistência em relação à inclusão, tanto por parte da família e do deficiente, quanto dos professores, pois a deficiência muitas vezes, é vista como sinônimo de inferioridade e incapacidade, e assim a não aceitação da sua limitação e da utilização dos recursos disponíveis.

É notório que a falta de formação dos professores quanto aos programas específicos existentes, é outro fator que dificulta o

processo de inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais.

Esse trabalho tem como objetivo, identificar as dificuldades encontradas no processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares, analisando as propostas existentes de resolução dos problemas, verificando assim a existência de resistência ao processo de inclusão por parte do aluno, família e educador.

METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada entre em junho de 2015 a janeiro de 2016, o qual realizou uma consulta na base de dados da Scielo, Medline, Google Acadêmico. A busca nos bancos de dados foi realizada utilizando às terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde criados pela Biblioteca Virtual em Saúde, que permite o uso da terminologia comum em português, inglês e espanhol.

Adotou-se como critério de inclusão: artigos e bibliografias que abordem a inclusão da criança e do adolescente na educação básica. O estudo é relevante para ampliar a compreensão a respeito da problemática em questão e, com isso conhecer o referencial teórico sobre o assunto, esperando assim, que a conclusão do mesmo venha a contribuir para

o desenvolvimento da sistematização do conhecimento sobre o tema e provocar uma problematização da questão dos alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

História da Educação Especial no Brasil

O conceito básico para educação especial visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, com condutas típicas ou de altas habilidades, que abrangem os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referências e práticas compatíveis com as necessidades específicas dos alunos.

Segundo Scotti (1999), a educação deve ser, por princípio liberal, democrático e não doutrinário. Dentro desta concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade.

Educação inclusiva no Brasil começou a ser promovida a partir de 1854, com o imperador D. Pedro II, que fundou o Instituto de Meninos Cegos no Rio de Janeiro, sob influência do Instituto Nacional de Jovens Cegos de Paris, e em 1890, passou a ser denominado de Instituto Benjamin Constant (IBC). Em 1942, o IBC começou a editar a Revista Brasileira para cegos, e em 1943 é instalada a imprensa de Braille. O IBC

juntamente com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1947, criam o 1º curso de Especialização dos professores na Didática de Cegos, e em 1949 iniciou a distribuição gratuita de livros em Braille aos cegos.

Ainda no segundo império, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, o qual passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Caracterizou-se como estabelecimento educacional voltado para “a educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos com idade entre 7 a 14 anos com necessidades especiais. Em 1883, ainda por iniciativa do Imperador D. Pedro II, foi realizado o I Congresso de Instrução Pública, tendo um dos temas abordados as “Sugestões de currículos e Formação de professores para cegos e surdos”.

Quanto à deficiência auditiva, em 1929, foi fundado o Instituto Santa Terezinha em Campinas/SP, o qual foi transferido em 1933 para São Paulo, onde funcionou com o sistema de internato para meninos surdos até o ano de 1970. Em 1951 é formada a primeira Escola Municipal de Educação Infantil de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller, em São Paulo, com o Primeiro Núcleo Educacional para Crianças Surdas.

Em relação à deficiência física, têm-se registros de atendimento educacional na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Em 1932

foi criada uma segunda classe especial estadual na Escola Mista Pavilhão Fernandinho na Santa Casa. A Associação de Assistência á Criança Defeituosa – AACD, fundada em 1950 e especializada no atendimento de paralisados cerebrais, passou a manter intercâmbio científico em 1962 com a World Rehabilitation Fund (WRF) de Nova York.

No que se trata do atendimento aos Deficientes Mentais, em 1926, foi fundado em Porto Alegre-RS, o instituto Pestalozzi, que no ano seguinte é transferido para a cidade de Canoas em regime de semi-internato e externato e mantinha convênio com instituições públicas, estaduais e federais.

Em 1957, no Rio de Janeiro, fundou-se a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), com apoio, estímulo e orientações de membros da National Association for Retardad Children (NARC), também criada em São Paulo no ano de 1961.

Em 1960, uma campanha foi instituída, por influência de movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e a APAE do Rio de Janeiro, a qual pretendia realizar completa avaliação da Educação Especial, sendo a mesma eleita em 1972 como área prioritária junto com o Plano Setorial de Educação, tratando-se assim de marco inicial das ações sistematizadas, visando à expansão e melhoria

do atendimento educacional prestado no Brasil, garantindo o atendimento pedagógico.

Registra-se, nessas últimas décadas, sensível aumento da produção teórica, em instituições, com práticas empíricas e destituídas de cunho científico, para as propostas pedagógicas.

Segundo Sasaki (1997, p.14), “muitos países já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas e o Brasil já começou a buscar o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica e financeira. Porém com grande determinação por parte dos diretores, professores e pais, assim como alguns secretários estaduais e municipais de educação”.

Neste aspecto a escola precisa capacitar-se para atender todas as crianças, dando-lhe condições de emancipação educativa. Para que possa ser considerado um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de uma instituição burocrática, que apenas cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Assim, transformando-a num espaço de decisão ajustando-se ao contexto real e respondendo ao desafio que se apresentam, sem medo de arriscar, com coragem para criar e questionar o estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em resposta às necessidades de inclusão.

Proposta da Política Educacional Brasileira: Educação Inclusiva

Para Vygosky (1991, p.101) “o ser humano cresce num ambiente social e a integração com outras pessoas é essencial a seu desenvolvimento”. Segregar indivíduos, tanto em instituições especializadas como em instituições de ensino, nada mais representa senão a intenção clara de tentar manipular o atendimento, em nome de um comprimento legal.

Marques (1992, p.34) salienta que “a instituição de amparo à pessoa portadora de deficiência possui além da função explícita de cuidar do deficiente, e função mascarada de difundir imagem estereotipada da deficiência, ideia generalizada a que serve como um eficiente instrumento de identificação de toda a categoria, além de estabelecer para ela seus direitos e capacidades”.

Manter longe desse ambiente social é uma das maneiras de forçadamente mantê-los como estão, longe das aquisições que lhes permitem reivindicações mais amplas.

Fonseca (1995, p.209) ressalta: “A educação é uma das formas de participação popular. Permite que o indivíduo portador de deficiência participe interagindo com o contexto do que faz parte, é possibilitar-lhe o crescimento, o desenvolvimento”.

É necessário fazer com que a integração evolua das teorias para a ação, ou seja, menos palavras e mais atitudes, onde a integração, muito mais do que simples aos portadores de

deficiência, representa o combate à separação, o respeito e a consideração da existência das diferenças humanas.

A prática da exclusão é uma grande constatação de que a escola, como está, padronizando pessoas, baseados em critérios dominantes, minimiza a sua grande maioria. Entretanto, Marques (1992) aponta para existência da padronização do desempenho das pessoas, no tocante a seu comportamento, onde tal tendência objetiva é estabelecer os limites permitidos e excluir o indesejável. Sobre este aspecto é facilmente compreensível que a escola tem que trabalhar potencialidade dos deficientes, com vista em seu desenvolvimento.

Mantoan (1991) colabora, acrescentando o temor dos pais das crianças sem deficiência de que a instituição escolar rebaixe os padrões de ensino para conceber aos deficientes a possibilidade de participar da escolarização normal, e de que há contágio de comportamento inconveniente.

Assim faz-se necessária uma tomada de decisão frente à questão da inclusão, para que a ideia inicial, existindo uma prática sempre presente, evolua do nível do discurso e se efetive como realidade de fato, como ressalta Fonseca (1995, p.209).

Portanto a educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional nas

classes de ensino comum, sendo benéfica a todos, uma vez que sentimentos de respeito a diferenças, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.

Deficiência e Inclusão

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005), deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, que diz respeito à atividade exercida pela biologia do indivíduo, podendo ser aplicada referindo-se a qualquer pessoa que vivencie uma deficiência, estão sob amparo de uma determinada legislação.

O verbo incluir (do latim *includere*), no sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim falar de inclusão escolar é falar do educando que está contido na escola, ao participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial.

Para Mantoan (2000), a inclusão escolar decorrente de uma educação acolhedora para todos propõe a fusão das modalidades de ensino especial e regular, e a estruturação de uma nova modalidade educacional, consubstanciada na ideia de uma escola única. Pretende-se unificar o que está fragmentado, tratado isoladamente e oficializando em subsistemas paralelos que mantêm a discriminação dentro e fora das escolas,

reconhecendo as possibilidades humanas, valorizando as eficiências desconhecidas tão comumente rejeitadas e confinadas por não caberem nos moldes virtuais do bom aluno.

O artigo 208 da Constituição Brasileira de 1988, mostra que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, condição que também faz parte do artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A legislação também obriga as escolas a terem professores do ensino regular preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns, sendo dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades especiais do aluno e de acordo com a faixa etária de zero a seis anos.

Entende-se, que para a educação inclusiva ocorrer com sucesso deva existir uma proposta de trabalho, onde a escola, a família, professores e alunos estejam engajados buscando o mesmo intuito: a inclusão.

Fonseca (1995, p. 209), assim ressalta: “A educação é uma das formas de participação popular. Permitir que o indivíduo portador de deficiência participe interagindo com o contexto do que faz parte, é possibilitar-lhe o crescimento, o desenvolvimento”.

É necessário fazer com que a integração evolua do discurso para a ação. A opção por

educação inclusiva é assumida pela Declaração de Salamanca da Conferência Mundial de Educação Especial de 1994, na qual o princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se encaminhar rumo à escola para todos os alunos, celebre a diferença e apoie a aprendizagem respondendo assim às necessidades especiais.

Para Carneiro (1997, p.33), “a questão da integração representa um movimento de inovação do sistema que, em princípio, já deveria existir, abrangendo as diferenças existentes e entre ou não existentes entre os não deficientes”. O indivíduo portador de necessidades educacionais especiais tem direito a escolaridade, numa escola comum regular.

A escola inclusiva, isto é, a escola para todos, deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades não atinjam níveis tão altos como os que temos, assim afirma Demo (1995), ou seja, onde a inclusão é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

A ideia de integração social surgiu no sentido de derrubar a prática da exclusão social. A integração plena dessas pessoas pela igualdade torna possível caminho de oportunidades e de direitos. Com isso pode-se

dizer que o processo de integração é como uma estrutura que favorece um ambiente de convívio, o menos restritivo possível, e que oferece oportunidades as pessoas com necessidades educacionais especiais a um processo dinâmico de participação em todos os níveis sociais (SASSAKI, 1997).

Conforme Figueiredo (2000), a pretensão é unificar o que está fragmentado, tratando isoladamente e oficializado em subsistemas paralelos que mantêm a discriminação dentro e fora das escolas; reconhecer as possibilidades humanas; e valorizar as eficiências desconhecidas tão comumente rejeitadas por não caberem nos moldes virtuais do bom aluno.

Portanto, normalizar uma pessoa não significa torná-la normal, mas dar a ela o direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade. É aceitá-los, oferecendo os serviços pertinentes para que os mesmos possam desenvolver suas potencialidades e viver uma vida tão normal quanto possível.

Sendo assim, o estilo de vida independente é fundamental para que aconteça a inclusão do indivíduo na sociedade e para que aconteça tal normalização, ou seja, ele terá vida independente exercendo a cidadania, sendo ele ativo e atuando como cidadão.

Para Mantoan (1997), a integração dos deficientes como membros úteis e adaptados

ao meio em que vivem, parece ser um ponto crucial na consideração da problemática da excepcionalidade, no seu todo. Diante disto, incluir é uma forma de acabar com o preconceito, e reconhecer que alunos deficientes são responsabilidades de todos os educadores.

Para Werneck (1997, p. 58), “chegar á inclusão e um processo individual e, portanto muito solitário, pois todo processo de busca de conhecimento é solitário e doloroso, mesmo quanto duas pessoas tenham passado por situações idênticas e obtido informações sobre determinado assunto, jamais estaria no mesmo patamar de conhecimento ou se igualando”.

Portanto, quando se emprega a palavra inclusão refere-se a uma inserção total e incondicional. A inclusão exige uma transformação da escola e da sociedade, defendendo a inserção no ensino regular de alunos com qualquer deficiência, exigindo mudanças no sistema educacional, adaptando-se ás suas necessidades.

Inclusão escolar X professor

Acredita-se, que a conscientização, a sensibilização dos professores da necessidade de se criarem condições pedagógicas adequadas que permitam aos alunos com deficiência, o acesso e a permanência com

sucesso na escola não seja suficiente para acontecer à inclusão.

Para Cunha (1994, p. 28), “Superar as ideias de que o professor, ou melhor, a professora é a vilã (única responsável pelo fracasso das crianças) ou a vítima (impossibilitada de fazer qualquer mudança, devido aos determinantes do sistema) ambas fruto de uma postura conservadora”.

É preciso ressaltar a existência de preconceito e discriminação negativa na escola e que se comece a conhecer os principais obstáculos para efetivação de uma escola inclusiva e suas justificativas, o qual a democratização do ensino-aprendizagem, vai além da vontade do professor, abrangendo toda a reformulação da proposta educativa.

Cunha (1994) levanta a hipótese de que o professor ocupa um espaço contraditório, ou seja, por um lado ele é a autoridade na sala e assim torna-se responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno, os quais necessitam contratar professores capacitados.

A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho diferenciado, apresentando uma diversidade em seu contexto e os desempenhos nos programas relativos às necessidades educativas especiais, sendo um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar em uma

ou varias categorias particulares de deficiência.

Para Sasaki (1997), o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, no ambiente da escola regular só pode ser levado a bom termo desde que sejam introduzidas modificações apropriadas, não sendo possível dar resposta à complexidade e diversidade das necessidades específicas destes alunos sem que as escolas sejam ditadas com recursos, professores e auxiliares da ação educativa, organização escolar, adaptação e diversificação do currículo de acordo com as necessidades.

Diante disto, percebe-se que o educador terá um papel predominante nesse processo de discussões, pois é através de sua prática na sala de aula, que poderá fornecer informações sobre o que deve ser acrescido ou eliminado deste modelo tradicional da educação brasileira. Como diz Mantoan (1991, p. 83): “O princípio democrático de educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais em todos e não apenas em um deles”.

Esse momento passa a exigir dos professores outros conhecidos além daqueles que receberam nos seus cursos de formação. Da mesma forma, os cursos de nível médio e superior de formação de professores, precisam aprender a identificar a atender as necessidades especiais de aprendizagem de

todas as crianças portadoras ou não de deficiência.

Segundo Raiça (1990), tanto na educação infantil quanto na educação fundamental, a meta principal “é satisfazer as necessidades especiais de aprendizagem de cada criança, incentivando a criança a aprender e desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade particular, requerendo por parte dos professores, maior sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica, tendo como objetivo a autonomia intelectual, moral e social de seus alunos”.

Conforme Sasaki (1997), a partir do movimento da inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias, devendo estar sempre preparado para adaptarem-se as novas situações que surgirão no interior da sala de aula. Ponderando a formação do professor para a educação inclusiva, deve fazer parte da grade curricular, conteúdos referentes à tipologia das deficiências e se apropriarem de conhecimentos didáticos e praticas de ensino que levem em consideração a diversidade, dando-lhes condições de adaptar atividades, conteúdos e propostas curriculares.

Sendo assim, precisa-se então de profissionais de educação responsáveis e competentes não só do ponto de vista pedagógico, mas também

profissionais que não sejam desvinculados dos condicionamentos político-sociais.

Inclusão escolar X família

O aluno da educação especial tem a família como a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, pois é ela que lhe oferece a primeira formação na integração/inclusão escolar, e com a orientação dos profissionais e da família, o aluno poderá adquirir competência profissional e pessoal.

A Educação Especial, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial do MEC (1997, p. 17): “educacional que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades especiais, condutas típicas, altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino”.

O processo deve ser integral, desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob o enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando sua finalidade, que é de formar cidadãos conscientes e participativos. Raiça (1990), diz que os alunos da educação especial são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que as outras crianças, e não pode confiná-los em um mundo à parte.

A família precisa ter consciência, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar e dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne agente ativo no processo de integração/inclusão.

A escola e a família devem encontrar formas criativas e associadas para convencer a comunidade a participar, através de parcerias, da manutenção para integração/inclusão, sendo essa, a primeira e talvez o principal grupo social que vivemos, sendo que nela aprendemos a construir nossa individualidade e independência, por isso é importante o contato com outras famílias que enfrentam, ou não, problemas com necessidades especiais. Além disso, deverá implementar estratégias de ensino-aprendizagem para que o aluno portador de necessidades especiais se beneficie e nela permaneça.

Os pais precisam estar conscientes e aptos para participar, apoiar, trabalhar em conjunto, com união e harmonia. Devem também cuidar para que não haja, em relação ao filho com necessidades especiais, superproteção, posto que esta em pouco ou nada contribuirá para o desenvolvimento da autonomia deles.

Os portadores de deficiência tornam-se dependentes de seus pais ou responsáveis, até

mesmo na idade adulta. Glat (1991, p. 18), afirma que: “Quando reforçamos o preconceito social diante dos rótulos de anormalidade do portador de necessidades especiais, não queremos afirmar que este não possui limitações, as deficiências impõem impedimentos reais ao indivíduo, porém, elas funcionam em nível muito baixo de autonomia e inserção social do que seria permitido por sua capacidade orgânica”.

Com isso, a família cumpre um papel de suma importância, onde contribui na estimulação e na integração social dos portadores de deficiência, contudo, necessita-se de programas de assistência capazes de promover processos educativos no sentido de promover melhor qualidade de vida para eles.

CONCLUSÃO

O sistema educacional precisa não só lidar com as desigualdades sociais, mas também, com as diferenças, além de associar o acesso e a permanência com qualidade e equidade.

Diante da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) quebra-se um paradigma da inclusão, no qual assenta a educação brasileira, pois se torna necessário repensarmos as novas diretrizes da educação e não por á margem da educação especial, pois todo o contexto histórico está mudando, assim como os valores e as ideias.

A educação inclusiva não é uma tarefa fácil de resolver na prática, embora educadores, familiares e comunidade em geral busquem uma escola de melhor qualidade para todos. Inúmeras e complexas são as condições que favorecem a qualidade inclusiva, mas são muitos os obstáculos existentes. Diante deles, ou assume-se uma postura de negação ou fuga, não os enfrentando, ou os encaramos como desafios a serem superados.

Por meio deste estudo passamos a compreender melhor as discussões, debates e até mesmo as contradições desta temática tão polêmica que é a inclusão. Tema difícil de ser trabalhado quando surge a preocupação em responder sobre a problemática do papel do professor no contexto de mudança do modelo pela qual passa a educação nacional. A nova tendência mundial é a luta contra a exclusão e avançar junto a uma escola que inclua todos os alunos de modo geral.

Acredita-se, que a educação inclusiva só deva ocorrer realmente quando esta: atender aos estudantes portadores de necessidades especiais, proporcionar a ampliação de acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência e

propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.

Portanto, não é recomendável esperarmos por condições favoráveis para que esta continue se efetivando, porque dificilmente virão, mas devemos compreender que a inclusão é um processo gradativo devendo ser construído e avaliado constantemente, essas mudanças são difíceis e a educação inclusiva não é uma ação isolada de educação especial, ela é principalmente: uma transformação, um novo pensar e fazer, um novo relacionar, uma forma de ensinar e porque não dizer – de aprender, da educação comum.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Porto Alegre: CRESS, 2000.

_____. **CONSTITUIÇÃO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 1998;

_____. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**. 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Parecer CNE/CEB nº 17/2001 Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**, Brasília. 1994.

CUNHA, Maria Izabel da. **O bom professor sua prática**. Campinas: Papirus Editora, 1994;

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, e Linha de ação sobre as necessidades

educativas especiais: Salamanca, Espanha, 1994;

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

FONSECA, Vitor. **Educação especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995;

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: EPED, Unicamp, 1991;

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Ed. Moderna, 2000. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Integração X Inclusão – escola de qualidade para todos**: EPED, Unicamp, 1991;

MARQUES, Rosa Maria. **Previdência social: a nova legislação e as propostas de reforma de governo**. São Paulo: Fundasp/Iesp, 1992.

RAIÇA, Darcy. **A educação especial de deficiente mental**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1990.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY. I. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.